



**ESTADO DA PARAÍBA  
CÂMARA MUNICIPAL DE ARARUNA  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**PROCESSO LICITATÓRIO - INEXIGIBILIDADE**

**INEXIGIBILIDADE Nº. IN00001/2023**

**ÓRGÃO REALIZADOR DO CERTAME:**  
Câmara Municipal de Araruna

**OBJETO:**  
Assessoria Jurídica.

**TERMO DE ABERTURA DE VOLUME**

Neste ato, em decorrência da documentação inerente, abre-se o **1º volume** dos autos do processo licitatório acima identificado, trazendo como assunto a Inexigibilidade nº IN00001/2023 em epígrafe; que tem como primeira folha numerada a capa do processo e as folhas seguintes numeradas sequencialmente, iniciando no **nº 01.**

  
\_\_\_\_\_  
**Ubiratan Batista da Silva**  
**Assessor Técnico Especializado**

**Vol. 01**



**ESTADO DA PARAÍBA  
CÂMARA MUNICIPAL DE ARARUNA  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**PROCESSO LICITATÓRIO - INEXIGIBILIDADE**

**INEXIGIBILIDADE Nº IN00001/2023**

**ÓRGÃO REALIZADOR DO CERTAME:**

Câmara Municipal de Araruna

Rua Cel. Antônio Pessoa, 97 - Centro - Araruna - PB

CEP: 58233-000 - Tel.: (83) 3373-1666.

**OBJETO:**

Contratação de pessoa jurídica para prestar serviços técnicos especializados de assessoria jurídica, para fazer acompanhamento de processos dessa Casa Legislativa, junto a órgãos fiscalizadores e judiciários nas esferas estadual e federal, assessoramento ao Presidente da mesa diretora, bem como, a elaboração/emissão de pareceres.

**ELEMENTOS BÁSICOS DO PROCESSO:**

SOLICITAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

ATO DE DESIGNAÇÃO DA COMISSÃO JULGADORA

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DO CERTAME

PROTOCOLO E AUTUAÇÃO DO PROCESSO

CONSIDERAÇÕES DA COMISSÃO JULGADORA

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

APROVAÇÃO DA AUTORIDADE SUPERIOR

PARECER JURÍDICO

ATOS DE RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

CONTRATO CORRESPONDENTE

PUBLICAÇÕES

DOCUMENTAÇÃO DO CONTRATADO

ANEXOS

## PROPOSTA DE PREÇO

**REALIZADA POR:** CÂMARA MUNICIPAL DE ARARUNA.

### **OBJETO:**

Contratação de Pessoa Jurídica para prestar Serviços Técnicos Especializados de Assessoria Jurídica, para fazer acompanhamento de Processo desta Casa Legislativa, junto a Órgãos Fiscalizadores e Judiciários nas Esferas Estadual e Federal, assessoramento ao Presidente da Mesa Diretora, bem como, a elaboração/emissão de Pareceres e acompanhamento de processo legislativo da Câmara Municipal de Araruna/PB.

### **I - DA PESQUISA DE PREÇOS:**

Foi solicitado ao proponente **MARCOS ALAN SILVA LIMA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**, a seguir qualificado, que informasse o seu melhor preço para execução do objeto em epígrafe. Os dados obtidos foram devidamente transcritos em planilha específica - vide quadro abaixo - dando-se total conhecimento ao interessado, que depois de achado conforme, assinou a presente Proposta de Preço, concordando plenamente com o valor declarado para a referida contratação, comprometendo-se, inclusive, a executar o seu objeto rigorosamente nas condições ofertadas. **Tudo em conformidade com o modelo disponibilizado pela Comissão Permanente de Licitações da Câmara Municipal de Araruna/PB.**

### **II - DA PROPOSTA:**

**PROPONENTE:** MARCOS ALAN SILVA LIMA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA  
Rua Manoel Honorato da Costa, 16, centro, Cep nº 58.173-000, Damião/PB.  
CNPJ 46.540.705/0001-00

### **III - QUADRO PROPOSTA**

Nos termos da pesquisa de preço realizada para execução do objeto da contratação em tela, relacionamos abaixo o menor preço proposto pelo referido proponente:

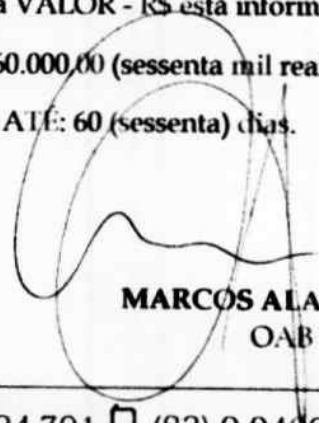
CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	UND.	QUANT.	VALOR - R\$
1	Contratação de Pessoa Jurídica para prestar Serviços Técnicos Especializados de Assessoria Jurídica, para fazer acompanhamento de Processo desta Casa Legislativa, junto a Órgãos Fiscalizadores e Judiciários nas Esferas Estadual e Federal, assessoramento ao Presidente da Mesa Diretora, bem como, a elaboração/emissão de Pareceres e acompanhamento de processo legislativo da Câmara Municipal de Araruna/PB.	Serviço	12	5.000,00

Observação: na coluna VALOR - R\$ está informado o preço unitário do respectivo item.

**VALOR TOTAL:** R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais)

**PROPOSTA VÁLIDA ATÉ:** 60 (sessenta) dias.

Araruna - PB, 05 de janeiro de 2023.

  
**MARCOS ALAN SILVA LIMA**  
OAB 24.701



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ARARUNA**  
**SECRETARIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARARUNA**

Araruna - PB, 09 de janeiro de 2023.

Senhor Presidente,

Solicitamos que seja autorizado à Comissão Permanente de Licitação deste órgão, realizar procedimento de Inexigibilidade de Licitação, nos termos do Art. 25, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, destinado a:

Contratação de pessoa jurídica para prestar serviços técnicos especializados de assessoria jurídica, para fazer acompanhamento de processos dessa Casa Legislativa, junto a órgãos fiscalizadores e judiciários nas esferas estadual e federal, assessoramento ao Presidente da mesa diretora, bem como, a elaboração/emissão de pareceres.

Justificativa para a necessidade da solicitação:

A contratação acima descrita está sendo solicitada, nos termos das especificações técnicas e informações complementares que a acompanham, quando for o caso, motivada: Pela necessidade da devida efetivação de serviço para suprir demanda específica – Assessoria Jurídica –, considerada oportuna e imprescindível, bem como relevante medida de interesse público; e ainda, pela necessidade de desenvolvimento de ações continuadas para a promoção de atividades pertinentes, visando à maximização dos recursos em relação aos objetivos programados, observadas as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.

Informamos que existe previsão de dotação específica no orçamento vigente, apropriada para a devida execução do objeto a ser contratado, conforme consulta efetuada ao setor responsável.

Certos de contarmos com imediata aprovação desta solicitação pela sua total relevância e pertinência, ficamos a inteira disposição para maiores informações e demais esclarecimentos que forem julgados necessários.

Atenciosamente,

Gildene da Silva Brasileiro  
GILDENE DA SILVA BRASILIANO  
Secretária





**ESTADO DA PARAÍBA  
CÂMARA MUNICIPAL DE ARARUNA  
SECRETARIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARARUNA**

04

## **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP**

### **1.Introdução**

Este documento apresenta os estudos técnicos preliminares, onde será avaliada a contratação pretendida, demonstrando os elementos e as informações essenciais que servirão para embasar a elaboração do Termo de Referência, quando for considerada viável, de modo a melhor atender aos interesses e as necessidades da Administração, representada pela sua estrutura organizacional.

### **2.Objeto**

Constitui objeto do presente estudo técnico a pretensa: Contratação de pessoa jurídica para prestar serviços técnicos especializados de assessoria jurídica, para fazer acompanhamento de processos dessa Casa Legislativa, junto a órgãos fiscalizadores e judiciários nas esferas estadual e federal, assessoramento ao Presidente da mesa diretora, bem como, a elaboração/emissão de pareceres.

### **3.Necessidade da contratação**

A contratação descrita, que mesmo com o contínuo esforço de sempre buscar a otimização dos processos de trabalho, é essencial: Pela necessidade da devida efetivação de serviço para suprir demanda específica – Assessoria Jurídica –, considerada oportuna e imprescindível, bem como relevante medida de interesse público; e ainda, pela necessidade de desenvolvimento de ações continuadas para a promoção de atividades pertinentes, visando à maximização dos recursos em relação aos objetivos programados, observadas as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.

### **4.Alinhamento aos planos da Administração**

A contratação pretendida está alinhada aos planos estratégicos da Administração, delineados nas diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas, onde estão fixadas e detalhadas as respectivas ações ao alcance dos objetivos institucionais, primando pela eficácia, eficiência e efetividade dos respectivos projetos, programas e processos.

### **5.Requisitos da contratação**

As características e especificações do objeto da referida contratação são:

<b>CÓDIGO</b>	<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>QUANTIDADE</b>
ETP 1	Contratação de pessoa jurídica para prestar serviços técnicos especializados de assessoria jurídica, para fazer acompanhamento de processos dessa Casa Legislativa, junto a órgãos fiscalizadores e judiciários nas esferas estadual e federal,	Mês	12

	assessoramento ao Presidente da mesa diretora, bem como, a elaboração/emissão de pareceres. Pagamento Mensal		
--	--	--	--

Os prazos máximos de início de etapas de execução e de conclusão do objeto da contratação, que admitem prorrogação nas condições e hipóteses previstas no Art. 57, § 1º, da Lei 8.666/93, estão abaixo indicados e serão considerados da assinatura do Contrato ou equivalente:

**Início: Imediato;**

**Conclusão: 12 (doze) meses.**

A vigência da presente contratação será determinada: 12 (doze) meses, considerada da data de assinatura do respectivo instrumento de ajuste; podendo ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos, mediante acordo entre as partes e observadas as características do objeto contratado, conforme o disposto no Art. 57, incisos II e IV, da Lei 8.666/93.

O serviço a ser contratado, para o caso das atividades decorrentes a serem desenvolvidas pela Administração, é considerado continuado, pois visa atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando o funcionamento das ações programadas, de modo que sua interrupção na forma como se apresenta, pode comprometer a devida prestação dos serviços.

A contratação do serviço, objeto deste estudo preliminar, deverá considerar os seguintes normativos: Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006.

Uma vez autorizada, a contratação pretendida deverá possuir previsão e adequação orçamentária e financeira com o orçamento vigente e compatibilidade com as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.

#### **6. Relação entre a demanda pretendida e o dimensionamento do serviço**

O quantitativo e a respectiva unidade atribuída, fundamentais ao dimensionamento da pretensa contratação em função da utilização provável, foram devidamente definidos mediante observância à previsão da demanda a ser atendida e possíveis alterações em decorrência das atividades a serem desenvolvidas e seus desdobramentos, bem como considerando o orçamento disponível e ainda a sequência histórica da realização de despesas semelhantes, quando existente; a fim de se evitar aditivos contratuais desnecessários ou mesmo a necessidade de se realizar novo certame, com consequente perda de economia de escala.

#### **7. Levantamento de mercado**

Foram analisadas contratações similares feitas por outras entidades, por meio de consultas aos respectivos sistemas de gestão dos órgãos fiscalizadores, com o intuito de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração e as identificadas, quando possível e consideradas viáveis, foram incorporadas na contratação em análise.

Constatou-se, inclusive, que para a realização de despesas semelhantes ao objeto do presente estudo técnico, diversas entidades públicas efetivam a contratação de forma análoga à que se pretende adotar pela Administração, cumprindo as regras e exigências legais e normativas.

#### **8. Justificativa da escolha do tipo de solução a contratar**

A solução que melhor atende aos interesses e as necessidades da Administração, representada pela sua estrutura organizacional, é a pretensa: Assessoria Jurídica. Salienta-se que a vigência da contratação será determinada: 12 (doze) meses, considerada da data de assinatura do respectivo instrumento de ajuste; podendo ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos, mediante acordo

entre as partes e observadas as características do objeto contratado, conforme o disposto no Art. 57, incisos II e IV, da Lei 8.666/93. 06

### **9. Estimativas preliminares dos preços**

Nos termos da norma vigente deverá fazer parte do instrumento convocatório, na forma de anexo, o orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários, devendo ser indicado, ainda, o critério de aceitabilidade dos preços unitário e global, conforme o caso, permitida a fixação de preços máximos e vedados a fixação de preços mínimos, critérios estatísticos ou faixas de variação em relação a preços de referência, ressalvado o disposto no mesmo diploma legal. Informamos que, relativamente ao procedimento em tela, existe previsão de dotação específica no orçamento vigente, apropriada para a devida execução do objeto a ser contratado, conforme consulta prévia efetuada ao setor responsável.

Com base nos custos para execução do objeto da contratação, guardadas as suas características e particularidades, obtidos mediante consulta efetuada a outras entidades públicas, setoriais e de classes, bem como os preços praticados no mercado para atividades similares, relacionamos abaixo o preço de referência considerado satisfatório.

**A estimativa preliminar total é equivalente a R\$ 60.000,00.**

### **10. Descrição da solução como um todo**

Conforme os elementos apresentados, a solução é: Contratação de pessoa jurídica para prestar serviços técnicos especializados de assessoria jurídica, para fazer acompanhamento de processos dessa Casa Legislativa, junto a órgãos fiscalizadores e judiciários nas esferas estadual e federal, assessoramento ao Presidente da mesa diretora, bem como, a elaboração/emissão de pareceres. Entende-se que o serviço poderá ser realizado por execução indireta.

### **11. Justificativa para o parcelamento ou não da solução**

De acordo com a legislação vigente, é obrigatório o parcelamento quando o objeto da contratação tiver natureza divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto a ser licitado. Compras, obras ou serviços efetuados pela Administração serão divididos em tantos itens, parcelas e etapas que se comprovem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se a licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado, sem prejuízo da economia de escala. A norma ainda permite cotação de quantidade inferior à demandada no certame, com vistas a ampliação da competitividade, podendo o ato convocatório fixar quantitativo mínimo. Nesse sentido, o competente processo licitatório a ser deflagrado para efetivação da presente contratação será realizado em um único item, conforme as características e especificações constantes da tabela acima destacada.

Considerados os aspectos e as características da solução que melhor atende aos interesses e as necessidades da Administração, acima detalhada e, ainda, as particularidades e a dinâmica das atividades a serem desenvolvidas, entende-se que sobre o objeto da presente contratação não poderá incidir outra possibilidade de parcelamento, quer seja no modo formal, não permitindo a impraticável cotação de quantidade inferior à demandada no procedimento para o respectivo item; quer seja na forma material, não sendo possível a execução em consórcio ou ocorrer a autorização para a realização de subcontratação.

### **12. Resultados pretendidos**

A Administração almeja com a contratação da pretensa solução, em termos de economicidade, eficácia, eficiência e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, inclusive com respeito a impactos ambientais positivos, os seguintes resultados:



07  
Em termos de economicidade, a efetivação da melhor contratação viável, especialmente quanto ao melhor custo benefício, relativamente a: Assessoria Jurídica.

Com relação à eficácia, o atendimento de todas as demandas logísticas e funcionais, no suporte às atividades finalísticas da Administração, inerentes aos correspondentes serviços prestados de interesse público. Quanto à eficiência, assegurar a continuidade da prestação regular de tais serviços, com demanda notadamente crescente, e do uso racional dos recursos financeiros disponíveis.

Relativo ao melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros, com a contratação em análise, da forma como se apresenta - consideradas as especificações, prazos, quantitativos e demais exigências devidamente definidas -, espera-se o regular cumprimento, por parte do interessado que venha a ser contratado, de todas as obrigações e compromissos assumidos, pois, desse modo, não haverá a necessidade de rescisão contratual ou outras sanções em decorrência de inexecução do instrumento de ajuste pactuado, permitindo ao contratante, em vez de envidar esforços para a realização de novo certame destinado a contratação do mesmo objeto, destinar seus recursos humanos, materiais e financeiros para outras atividades fins da Administração.

Entende-se que a correta execução do objeto da contratação em tela, cuja regularidade será fiscalizada pela Administração, não atenta quanto ao meio ambiente e, principalmente, não acarretará impactos ambientais negativos.

### **13.Providências para adequação do ambiente da Administração**

Verificou-se não haver a necessidade iminente de providências no sentido de adequações físicas no ambiente da Administração em decorrência da execução do objeto da contratação.

### **14.Análise de risco**

Não foram identificados riscos substanciais a fora os comuns a toda contratação semelhante, tais como: a inexecução total ou parcial do ajuste pactuado; o não cumprimento de obrigações, especificações, projetos e prazos; bem como a ocorrência de caso fortuito ou de força maior.

Entende-se que as ações, de iniciativa da Administração, necessárias para reduzir a ocorrência dos riscos identificados, já estão previstas nos normativos aos quais a contratação do presente serviço deverá estar devidamente fundamentada, representadas pelas sanções administrativas a serem definidas, observando-se os aspectos e características do seu objeto.

### **15.Conclusão**

Com base nas especificações e requisitos da solução escolhida que melhor atende aos interesses e as necessidades da Administração, bem como considerando os elementos obtidos nos estudos preliminares realizados, avalia-se viável a contratação pretendida.

Araruna - PB, 09 de janeiro de 2023.

Gildene da Silva Brasiliano  
GILDENE DA SILVA BRASILIANO  
Secretária



**ESTADO DA PARAÍBA  
CÂMARA MUNICIPAL DE ARARUNA  
GABINETE DA PRESIDÊNCIA**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - APROVAÇÃO**

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para prestar serviços técnicos especializados de assessoria jurídica, para fazer acompanhamento de processos dessa Casa Legislativa, junto a órgãos fiscalizadores e judiciários nas esferas estadual e federal, assessoramento ao Presidente da mesa diretora, bem como, a elaboração/emissão de pareceres.

**1.0.DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

1.1.O referido Estudo Técnico Preliminar apresenta os trabalhos iniciais realizados, onde foi analisada a contratação pretendida, ao final avaliada como viável, demonstrando os elementos e as indicações essenciais que servirão para embasar a elaboração do Termo de Referência, de modo a melhor atender aos interesses e as necessidades da Administração, representada pela sua estrutura organizacional.

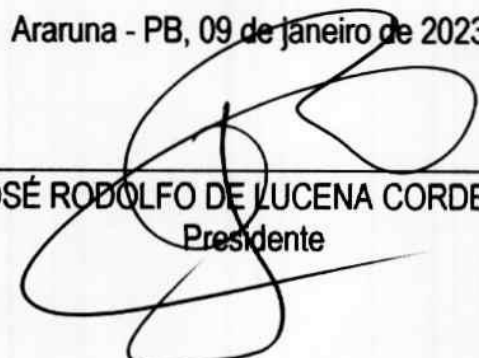
**2.0.DA APROVAÇÃO**

2.1.Fica o Estudo Técnico Preliminar em tela aprovado nos termos como se apresenta.

**Estudo Técnico Preliminar aprovado.**

A elaboração dos estudos técnicos preliminares constitui a primeira etapa do planejamento de uma contratação - planejamento preliminar - e servem para assegurar a sua viabilidade técnica bem como o tratamento de seu impacto ambiental.

Araruna - PB, 09 de janeiro de 2023.

  
\_\_\_\_\_  
JOSÉ RODOLFO DE LUCENA CORDEIRO  
Presidente



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ARARUNA**  
**SECRETARIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARARUNA**

## **TERMO DE REFERÊNCIA**

### **1.0.DO OBJETO**

1.1.Constitui objeto do presente Termo de Referência a pretensa: Contratação de pessoa jurídica para prestar serviços técnicos especializados de assessoria jurídica, para fazer acompanhamento de processos dessa Casa Legislativa, junto a órgãos fiscalizadores e judiciários nas esferas estadual e federal, assessoramento ao Presidente da mesa diretora, bem como, a elaboração/emissão de pareceres.

### **2.0.JUSTIFICATIVA**

2.1.Para a contratação:

2.1.1.A contratação acima descrita, que será processada nos termos deste instrumento, especificações técnicas e informações complementares que o acompanham, quando for o caso, justifica-se: Pela necessidade da devida efetivação de serviço para suprir demanda específica – Assessoria Jurídica –, considerada oportuna e imprescindível, bem como relevante medida de interesse público; e ainda, pela necessidade de desenvolvimento de ações continuadas para a promoção de atividades pertinentes, visando à maximização dos recursos em relação aos objetivos programados, observadas as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.

### **3.0.DO SERVIÇO**

3.1.As características e especificações do objeto da referida contratação são:

<b>CÓDIGO</b>	<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>QUANTIDADE</b>
1	Contratação de pessoa jurídica para prestar serviços técnicos especializados de assessoria jurídica, para fazer acompanhamento de processos dessa Casa Legislativa, junto a órgãos fiscalizadores e judiciários nas esferas estadual e federal, assessoramento ao Presidente da mesa diretora, bem como, a elaboração/emissão de pareceres. Pagamento Mensal	Mês	12

### **4.0.DO TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA ME/EPP**

4.1.Salienta-se que na referida contratação, não será concedido o tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos das disposições contidas nos Arts. 47 e 48, da Lei Complementar nº 123/2006, visto estar presente a condição prevista no inciso IV, do Art. 49, do mesmo diploma legal: Licitação inexigível - Art. 25, II, da Lei Federal nº 8.666/93, alterada.



10

4.2.No processo, portanto, deverá ser considerado quaisquer fornecedor ou executante em potencial que se enquadre nos requisitos da norma para as hipóteses de inexigibilidade de licitação, inclusive as Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Equiparados, nos termos da legislação vigente.

#### **5.0.DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

5.1.Efetuar o pagamento relativo ao objeto contratado efetivamente realizado, de acordo com as cláusulas do respectivo contrato ou outros instrumentos hábeis.

5.2.Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do objeto da presente contratação, nos termos do correspondente instrumento de ajuste.

5.3.Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos produtos ou serviços, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades pactuadas e preceitos legais.

#### **6.0.DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

6.1.Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado.

6.2.Substituir, arcando com as despesas decorrentes, os materiais ou serviços que apresentarem defeitos, alterações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados somente após o recebimento ou pagamento.

6.3.Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do Contratante.

6.4.Manter, durante a vigência do contrato ou outros instrumentos hábeis, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de regularidade e qualificação exigidas no respectivo processo de contratação direta por Inexigibilidade de Licitação, conforme o caso, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado.

6.5.Emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que efetivamente apresentou a documentação de regularidade e qualificação exigidas quando da instrução do referido processo de contratação direta.

6.6.Executar todas as obrigações assumidas sempre com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes.

#### **7.0.DOS PRAZOS E DA VIGÊNCIA**

7.1.Os prazos máximos de início de etapas de execução e de conclusão do objeto da contratação, que admite prorrogação nas condições e hipóteses previstas no Art. 57, § 1º, da Lei 8.666/93, estão abaixo indicados e serão considerados da assinatura do Contrato ou equivalente:

**7.1.1.Início: Imediato;**

**7.1.2.Conclusão: 12 (doze) meses.**

7.2.A vigência da presente contratação será determinada: 12 (doze) meses, considerada da data de assinatura do respectivo instrumento de ajuste; podendo ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos, mediante acordo entre as partes e observadas as características do objeto contratado, conforme o disposto no Art. 57, incisos II e IV, da Lei 8.666/93.

#### **8.0.DO REAJUSTAMENTO**

8.1.Os preços contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano.

8.2.Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no IPCA-

IBGE acumulado, tomando-se por base o mês de apresentação da assinatura do contrato, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

8.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

8.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

8.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.8. O reajuste poderá ser realizado por apostilamento.

## **9.0. DO PAGAMENTO**

9.1. O pagamento será realizado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo Contratante, da seguinte maneira: Mensal

## **10.0. DA VERIFICAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E ECONÔMICO-FINANCEIRA**

10.1. Se necessária a verificação da qualificação técnica e econômico-financeira do licitante, a relação dos documentos essenciais limitar-se-á a definida nos Arts. 30 e 31 da Lei 8.666/93.

## **11.0. DO CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

11.1. Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e prazos para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições dos Arts. 73 a 76, da Lei 8.666/93.

## **12.0. DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO**

12.1. Serão designados pelo Contratante representantes com atribuições de Gestor e Fiscal do contrato, nos termos da norma vigente, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de informações pertinentes a essas atribuições.

## **13.0. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

13.1. A recusa injusta em deixar de cumprir as obrigações assumidas e preceitos legais, sujeitará o Contratado, garantida a prévia defesa, às seguintes penalidades previstas nos Arts. 86 e 87 da Lei 8.666/93: a – advertência; b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato por dia de atraso na entrega, no início ou na execução do objeto da contratação; c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratado pela inexecução total ou parcial do contrato; d – suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo de até 02 (dois) anos; e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade; f – simultaneamente, qualquer das penalidades cabíveis fundamentadas na Lei 8.666/93.

12  
13.2. Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

13.3. Após a aplicação de quaisquer das penalidades previstas, realizar-se-á comunicação escrita ao Contratado, e publicado na imprensa oficial, excluídas as penalidades de advertência e multa de mora quando for o caso, constando o fundamento legal da punição, informando ainda que o fato será registrado no cadastro correspondente.

#### **14.0. DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA**

14.1. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula:  $EM = N \times VP \times I$ , onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado:  $I = (TX + 100) \div 365$ , sendo TX = percentual do IPCA-IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

Araruna - PB, 09 de janeiro de 2023.

Gildene da Silva Brasiliano  
GILDENE DA SILVA BRASILIANO  
Secretária



**ESTADO DA PARAÍBA  
CÂMARA MUNICIPAL DE ARARUNA  
GABINETE DA PRESIDÊNCIA**

**TERMO DE REFERÊNCIA - APROVAÇÃO**

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para prestar serviços técnicos especializados de assessoria jurídica, para fazer acompanhamento de processos dessa Casa Legislativa, junto a órgãos fiscalizadores e judiciários nas esferas estadual e federal, assessoramento ao Presidente da mesa diretora, bem como, a elaboração/emissão de pareceres.

**1.0.DO TERMO DE REFERÊNCIA**

1.1.O referido Termo de Referência apresenta os elementos necessários e suficientes, com o nível de precisão adequados, para a caracterização do objeto da contratação pretendida, de modo a melhor atender aos interesses e as necessidades da Administração, representada pela sua estrutura organizacional.

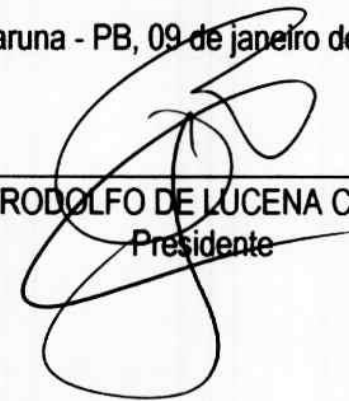
**2.0.DA APROVAÇÃO**

2.1.Fica o Termo de Referência em tela aprovado na forma como se apresenta.

**Termo de Referência aprovado.**

O termo de referência é documento prévio ao processo licitatório e que deve dispor sobre as condições gerais de sua execução. Serve de base para a elaboração do instrumento convocatório.

Araruna - PB, 09 de janeiro de 2023.

  
\_\_\_\_\_  
JOSÉ RODOLFO DE LUCENA CORDEIRO  
Presidente





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ARARUNA**  
**SECRETARIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARARUNA**

VALOR DE REFERÊNCIA: **CONSULTA DE MERCADO**

**1.0.DO OBJETO**

1.1.Constitui objeto da respectiva solicitação: Contratação de pessoa jurídica para prestar serviços técnicos especializados de assessoria jurídica, para fazer acompanhamento de processos dessa Casa Legislativa, junto a órgãos fiscalizadores e judiciários nas esferas estadual e federal, assessoramento ao Presidente da mesa diretora, bem como, a elaboração/emissão de pareceres.

**2.0.DA CONSULTA DE MERCADO**

2.1.Com base nos custos para execução do objeto da contratação em tela, guardadas as suas características e particularidades, obtidos mediante consulta efetuada a outras entidades públicas, setoriais e de classes, bem como os preços praticados no mercado para atividades similares, relacionamos abaixo **o preço de referência** considerado satisfatório.

2.2.Mês que serviu de base para elaboração da referida consulta: Janeiro de 2023.

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	P.UNITÁRIO	P. TOTAL
1	Contratação de pessoa jurídica para prestar serviços técnicos especializados de assessoria jurídica, para fazer acompanhamento de processos dessa Casa Legislativa, junto a órgãos fiscalizadores e judiciários nas esferas estadual e federal, assessoramento ao Presidente da mesa diretora, bem como, a elaboração/emissão de pareceres. Pagamento Mensal	Mês	12	5.000,00	60.000,00
				<b>Total</b>	<b>60.000,00</b>

**3.0.DO VALOR**

**3.1.O valor total é equivalente a R\$ 60.000,00.**

**4.0.DAS CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO**

4.1.O prazo máximo para a execução do objeto desta contratação e que admite prorrogação nos casos previstos na legislação vigente, está abaixo indicado e será considerado a partir da assinatura do Contrato:

**Início: Imediato**

**Conclusão: 12 (doze) meses**

- 4.2. Os preços contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano.
- 4.3. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no IPCA-IBGE acumulado, tomando-se por base o mês de apresentação da assinatura do contrato, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 4.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 4.5. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 4.6. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 4.7. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 4.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 4.9. O reajuste poderá ser realizado por apostilamento.
- 4.10. O pagamento será realizado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados, da seguinte maneira: Mensal

Araruna - PB, 09 de janeiro de 2023.

Gildene da Silva Brasiliano  
GILDENE DA SILVA BRASILIANO  
Secretária





**ESTADO DA PARAÍBA  
CÂMARA MUNICIPAL DE ARARUNA  
SETOR CONTABILIDADE/TESOURARIA**

REFERENTE: PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

**DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA**

Realização do referido processo de contratação direta objetivando:

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para prestar serviços técnicos especializados de assessoria jurídica, para fazer acompanhamento de processos dessa Casa Legislativa, junto a órgãos fiscalizadores e judiciários nas esferas estadual e federal, assessoramento ao Presidente da mesa diretora, bem como, a elaboração/emissão de pareceres.

**DECLARAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Conforme solicitado, declaramos haver previsão de dotação apropriada no orçamento vigente para a devida execução do objeto a ser contratado:

Recursos próprios da Câmara Municipal de Araruna/PB (Duodécimo)  
Orçamento de 2023

01.010 – Câmara Municipal de Araruna

01 031 0002 2001 – Manutenção do Poder Legislativo

Elemento de Despesa: 33903999 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

Araruna - PB, 09 de janeiro de 2023.

---

**MOISÉS SOARES FERNANDES**  
Tesoureiro



# DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

Orgão Oficial do Município, Lei Nº 80/90, DE 15.07.1990

Araruna-PB, 09 de Janeiro de 2023

## ATOS DO PODER LEGISLATIVO

PÁG 01

PORTARIA Nº 009/2023, 02 DE JANEIRO DE 2023

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO  
COMISSONADO DA ESTRUTURA  
ADMINISTRATIVA DA CÂMARA  
MUNICIPAL DE ARARUNA - PB

**O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARARUNA - PB**, Estado da Paraíba no uso de suas atribuições legais, que lhe conferem o Art. 7º, inciso II da Lei Orgânica Municipal e amparado no Regimento Interno da Casa Joaquim Cavalcante de Oliveira Lima "No Lima", resolve:

**NOMEAR:**

**Art. 1º** NOMEAR a Sra. **FABIA PEREIRA DE AMORIM**, portadora da Cédula de Identidade nº 18.811.799 SSP/PB e do CPF nº 001.279.324-88, matrícula 0600029, ao cargo em comissão de **ASSESSORA PARLAMENTAR** do Vereador da Câmara Municipal de Araruna, Estado da Paraíba, Francisco Ednaldo Pontes Martins, até ulterior deliberação.

**Art. 2º**, Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito desde a sua edição, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Araruna-PB, em 02 de Janeiro de 2023

JOSE RODOLFO DE LUCENA CORDEIRO  
PRESIDENTE

PORTARIA Nº 014/2023, 02 DE JANEIRO DE 2023

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO  
COMISSONADO DA ESTRUTURA  
ADMINISTRATIVA DA CÂMARA  
MUNICIPAL DE ARARUNA - PB

**O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARARUNA - PB**, Estado da Paraíba no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Art. 7º, inciso II da Lei Orgânica Municipal e amparado no Regimento Interno da Casa Joaquim Cavalcante de Oliveira Lima "No Lima", resolve:

**NOMEAR:**

**Art. 1º** NOMEAR o Sr. **MATHEUS MOAB DA SILVA CORDEIRO**, portador da Cédula de Identidade nº 4.404.075 SSP/PB e do CPF nº 702.536.954-30, para ocupar o cargo em comissão de **ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO** da Câmara Municipal de Araruna-PB.

**Art. 2º**, Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de Janeiro de 2023.

Câmara Municipal de Araruna-PB, em 09 de Janeiro de 2023

Jose Rodolfo de Lucena Cordeiro  
Presidente

PORTARIA Nº 013/2023, 09 DE JANEIRO DE 2023.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARARUNA - PB

**JOSE RODOLFO DE LUCENA CORDEIRO**, Presidente da Câmara Municipal de Araruna, Estado da Paraíba no uso de suas atribuições legais e de direito

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Nomear como presidente e como membros das comissões permanente de Licitação, para julgar e conduzir os processos licitatórios abrangidos pela legislação vigente, os senhores(as) abaixo relacionados(a)

1. **ALAN DE SOUZA TEIXEIRA - PRESIDENTE**
2. **MARIA VALDENETE SANTOS FERREIRA - MEMBRO**
3. **MARIA EDJANE FERREIRA PERREIRA - MEMBRO**

**Art. 2º**- Os trabalhos dos servidores ora nomeados, deverão ser executados conforme a disposições da legislação vigente e subsidiariamente na Lei Federais nº 8.666/1993 e 14133/2021

**Parágrafo Único** - Os trabalhos prestados pela comissão permanente de licitações serão considerados serviços relevantes ao Município, via poder legislativo

**Art. 3º**- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, na forma de afiação nesta Câmara Municipal, revogadas as disposições em contrário

Câmara Municipal de Araruna-PB, em 09 de Janeiro de 2023

Jose Rodolfo de Lucena Cordeiro  
Presidente

PORTARIA Nº 015/2023, 09 DE JANEIRO DE 2022.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE CARGO  
COMISSONADO DA ESTRUTURA  
ADMINISTRATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL  
DE ARARUNA - PB

**O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARARUNA - PB**, Estado da Paraíba no uso de suas atribuições legais, conferem o Art. 7º, inciso II da Lei Orgânica Municipal e amparado no Regimento Interno da Casa Joaquim Cavalcante de Oliveira Lima "No Lima"

**RESOLVE:**

**Art. 1º** EXONERAR a Sra. **MARIA DA FÁTIMA PAULINO SOUSA**, portadora da Cédula de Identidade nº 3.945.540 SSS/PB e do CPF nº 068.770.784-624, matrícula 0000049 ao cargo em comissão de **ASSESSORA PARLAMENTAR** do Vereador da Câmara Municipal de Araruna, Estado da Paraíba, Jose Humberto da Costa Araujo Junior, ate ulterior deliberação

**Art. 2º**, Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito desde a sua edição, revogadas as disposições em contrário

Gabinete da Presidência

Araruna - PB, 09 de Janeiro de 2022

Registre-se Publique-se Cumpra-se

Jose Rodolfo de Lucena Cordeiro  
Presidente



**ESTADO DA PARAÍBA  
CÂMARA MUNICIPAL DE ARARUNA  
GABINETE DO PRESIDENTE**

REFERENTE: PROCEDIMENTO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

**AUTORIZAÇÃO**

**Expediente:** SOLICITAÇÃO

Secretaria da Câmara Municipal de Araruna.

**Assunto:** Procedimento de inexigibilidade de licitação.

**Anexo:** Solicitação correspondente devidamente instruída com a justificativa para a necessidade da demanda requerida.

**DESPACHO**

AUTORIZO a realização do procedimento de Inexigibilidade de Licitação, nos termos do Art. 25, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, objetivando:

Contratação de pessoa jurídica para prestar serviços técnicos especializados de assessoria jurídica, para fazer acompanhamento de processos dessa Casa Legislativa, junto a órgãos fiscalizadores e judiciários nas esferas estadual e federal, assessoramento ao Presidente da mesa diretora, bem como, a elaboração/emissão de pareceres.

Conforme informações do setor responsável existe disponibilidade de dotação específica no orçamento vigente, apropriada para a devida execução do objeto a ser contratado.

Remeta-se a solicitação em tela, instruída de todas as informações e elementos correspondentes inclusive com a justificativa para a necessidade da demanda requerida, à Comissão Permanente de Licitação deste órgão, para a formalização do referido processo de contratação direta por Inexigibilidade de Licitação.

Araruna - PB, 10 de janeiro de 2023.

\_\_\_\_\_  
JOSÉ RODOLFO DE LUCENA CORDEIRO  
Presidente

executante e a justificativa do preço, com a correspondente minuta do contrato. Em seguida, os autos devidamente instruídos, deverão ser submetidos à apreciação da Autoridade Superior para ratificação e publicação na imprensa oficial, conforme as disposições do Art. 26, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e do Art. 61, Parágrafo único, do mesmo diploma legal:

- Elementos do processo ora autuado.
- Considerações da Comissão Julgadora.

Araruna - PB, 10 de janeiro de 2023.

  
\_\_\_\_\_  
ALAN DE SOUZA TEIXEIRA  
Presidente da Comissão



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ARARUNA**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº IN00001/2023**

**1.0 - OBJETO**

Contratação de pessoa jurídica para prestar serviços técnicos especializados de assessoria jurídica, para fazer acompanhamento de processos dessa Casa Legislativa, junto a órgãos fiscalizadores e judiciários nas esferas estadual e federal, assessoramento ao Presidente da mesa diretora, bem como, a elaboração/emissão de pareceres.

**2.0 - JUSTIFICATIVA**

A unidade demandante - Secretaria da Câmara Municipal de Araruna - após considerar os aspectos e a singularidade da presente contratação, bem como as disposições contidas na legislação vigente, entendeu ser inexigível a licitação.

**3.0 - FUNDAMENTO LEGAL**

Conforme o entendimento e as informações apresentadas pela referida unidade demandante, a contratação em tela será acobertada por Inexigibilidade de Licitação, nos termos do Art. 25, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores:

*"Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:"*

*"II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação."*


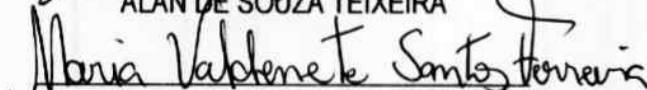
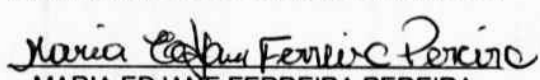
Lei nº 14.039, de 17 de agosto de 2020:

*"Altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994 (Estatuto da OAB), e o Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946, para dispor sobre a natureza técnica e singular dos serviços prestados por advogados e por profissionais de contabilidade."*

**4.0 - INSTRUÇÃO DO PROCESSO**

Deverá ser observado o disposto no Art. 26, especialmente os incisos II e III do seu parágrafo único, bem como no Art. 61, todos do referido diploma legal. É o que recomenda esta Comissão, salvo melhor juízo à consideração superior.

Araruna - PB, 10 de janeiro de 2023.

  
ALAN DE SOUZA TEIXEIRA  
  
MARIA VALDENETE SANTOS FERREIRA  
  
MARIA EDJANE FERREIRA PEREIRA



**ESTADO DA PARAÍBA  
CÂMARA MUNICIPAL DE ARARUNA  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

MINUTA DO CONTRATO

**INEXIGIBILIDADE Nº IN00001/2023**

**CONTRATO Nº: ....-CPL**

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE ARARUNA E ....., PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇO CONFORME DISCRIMINADO NESTE INSTRUMENTO NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado Câmara Municipal de Araruna - Rua Cel Antônio Pessoa, 97 - Centro - Araruna - PB, CNPJ nº 02.506.174/0001-56, neste ato representada pelo Presidente José Rodolfo de Lucena Cordeiro, Brasileiro, Casado, Advogado, residente e domiciliado na Rua Projetada, S/N - Casa - Lot. Morada do Sol - Araruna - PB, CPF nº 076.360.504-20, Carteira de Identidade nº 3145351 SSP/PB, doravante simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado ..... - ..... - ..... - ....., CNPJ nº ....., neste ato representado por .... residente e domiciliado na ....., ..... - ..... - ..... - ....., CPF nº ....., Carteira de Identidade nº ....., doravante simplesmente CONTRATADO, decidiram as partes contratantes assinar o presente contrato, o qual se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS:**

Este contrato decorre da Inexigibilidade de Licitação nº IN00001/2023, processada nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO:**

O presente contrato tem por objeto: Contratação de pessoa jurídica para prestar serviços técnicos especializados de assessoria jurídica, para fazer acompanhamento de processos dessa Casa Legislativa, junto a órgãos fiscalizadores e judiciários nas esferas estadual e federal, assessoramento ao Presidente da mesa diretora, bem como, a elaboração/emissão de pareceres.

O serviço deverá ser executado rigorosamente de acordo com as condições expressas neste instrumento, proposta apresentada, especificações técnicas correspondentes, processo de Inexigibilidade de Licitação nº IN00001/2023 e instruções do Contratante, documentos esses que ficam fazendo partes integrantes do presente contrato, independente de transcrição.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E PREÇOS:**

O valor total deste contrato, a base do preço proposto, é de R\$ ... (...).



**CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO:**

Os preços contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano.

Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no IPCA-IBGE acumulado, tomando-se por base o mês de apresentação da assinatura do contrato, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

O reajuste poderá ser realizado por apostilamento.

**CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO:**

As despesas correrão por conta da seguinte dotação, constante do orçamento vigente:

Recursos próprios da Câmara Municipal de Araruna/PB (Duodécimo)

Orçamento de 2023

01.010 – Câmara Municipal de Araruna

01 031 0002 2001 – Manutenção do Poder Legislativo

Elemento de Despesa: 33903999 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

**CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:**

O pagamento será efetuado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo Contratante, da seguinte maneira: Mensal

**CLÁUSULA SÉTIMA - DOS PRAZOS E DA VIGÊNCIA:**

Os prazos máximos de início de etapas de execução e de conclusão do objeto ora contratado, que admitem prorrogação nas condições e hipóteses previstas no Art. 57, § 1º, da Lei 8.666/93, estão abaixo indicados e serão considerados da assinatura do Contrato:

a - Início: Imediato;

b - Conclusão: 12 (doze) meses.

A vigência do presente contrato será determinada: 12 (doze) meses, considerada da data de sua assinatura; podendo ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos, mediante acordo entre as partes e observadas as características do objeto contratado, conforme o disposto no Art. 57, incisos II e IV, da Lei 8.666/93.

**CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:**

a - Efetuar o pagamento relativo a execução do serviço efetivamente realizado, de acordo com as respectivas cláusulas do presente contrato;

- b - Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do serviço contratado;
- c - Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade do serviço, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades contratuais e legais;
- d - Designar representantes com atribuições de Gestor e Fiscal deste contrato, nos termos da norma vigente, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de informações pertinentes a essas atribuições.

#### **CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:**

- a - Executar devidamente o serviço descrito na Cláusula correspondente do presente contrato, dentro dos melhores parâmetros de qualidade estabelecidos para o ramo de atividade relacionada ao objeto contratual, com observância aos prazos estipulados;
- b - Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado;
- c - Manter preposto capacitado e idôneo, aceito pelo Contratante, quando da execução do contrato, que o represente integralmente em todos os seus atos;
- d - Permitir e facilitar a fiscalização do Contratante devendo prestar os informes e esclarecimentos solicitados;
- e - Será responsável pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
- f - Não ceder, transferir ou subcontratar, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, sem o conhecimento e a devida autorização expressa do Contratante;
- g - Manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de regularidade e qualificação exigidas no respectivo processo de contratação direta, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO E RESCISÃO:**

Este contrato poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos previstos no Art. 65 e será rescindido, de pleno direito, conforme o disposto nos Arts. 77, 78 e 79, todos da Lei 8.666/93.

O Contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até o respectivo limite fixado no Art. 65, § 1º da Lei 8.666/93. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO RECEBIMENTO:**

Executado o presente contrato e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e prazos para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições dos Arts. 73 a 76, da Lei 8.666/93.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES:**

A recusa injusta em deixar de cumprir as obrigações assumidas e preceitos legais, sujeitará o Contratado, garantida a prévia defesa, às seguintes penalidades previstas nos Arts. 86 e 87 da Lei 8.666/93: a – advertência; b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato por dia de atraso na entrega, no início ou na execução do objeto ora contratado; c

– multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratado pela inexecução total ou parcial do contrato; d – suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo de até 02 (dois) anos; e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade; f – simultaneamente, qualquer das penalidades cabíveis fundamentadas na Lei 8.666/93.

Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA:**

Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula:  $EM = N \times VP \times I$ , onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado:  $I = (TX + 100) \div 365$ , sendo TX = percentual do IPCA-IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO:**

Para dirimir as questões decorrentes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Araruna.

E, por estarem de pleno acordo, foi lavrado o presente contrato em 02(duas) vias, o qual vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.

Araruna - PB, ... de ..... de .....

TESTEMUNHAS

PELO CONTRATANTE

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

.....

PELO CONTRATADO

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

.....





**ESTADO DA PARAÍBA  
CÂMARA MUNICIPAL DE ARARUNA  
SECRETARIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARARUNA**

**EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº IN00001/2023**

Araruna - PB, 10 de janeiro de 2023.

**1.0 - DO OBJETIVO**

Tem a presente exposição de motivos o objetivo de esclarecer, em consonância com a legislação vigente, as razões da singularidade da seguinte despesa: Contratação de pessoa jurídica para prestar serviços técnicos especializados de assessoria jurídica, para fazer acompanhamento de processos dessa Casa Legislativa, junto a órgãos fiscalizadores e judiciários nas esferas estadual e federal, assessoramento ao Presidente da mesa diretora, bem como, a elaboração/emissão de pareceres.

**2.0 - DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

A contratação do objeto acima descrito será efetuada, nos termo das especificações técnicas e informações complementares constante desta exposição de motivos, quando for o caso, motivada pela: Pela necessidade da devida efetivação de serviço para suprir demanda específica – Assessoria Jurídica –, considerada oportuna e imprescindível, bem como relevante medida de interesse público; e ainda, pela necessidade de desenvolvimento de ações continuadas para a promoção de atividades pertinentes, visando à maximização dos recursos em relação aos objetivos programados, observadas as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.

**3.0 - DAS RAZÕES DA ESCOLHA DO FORNECEDOR OU EXECUTANTE**

Em decorrência das características e particularidades do objeto da contratação em tela, a mesma poderá ser efetuada junto a: MARCOS ALAN SILVA LIMA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA - R\$ 60.000,00. - Entidade ou profissional muito bem conceituado no desempenho das atividades inerentes ao ramo pertinente a sua especialidade, apresentando ótima qualidade e preços dos seus produtos ofertados e/ou serviços prestados, já comprovados anteriormente, justificando, desta forma, a sua escolha.

**4.0 - DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO**

O valor da referida contratação está satisfatório e compatível com os preços praticados no mercado, conforme a correspondente proposta apresentada e levantamento efetuado, mediante pesquisa apropriada, em anexo.

**5.0 - DO FUNDAMENTO LEGAL**

Entende-se que a regra da obrigatoriedade da licitação não é absoluta, contemplando exceções, que a própria legislação enumera. Portanto a contratação em comento poderá ser acobertada por Inexigibilidade de Licitação, nos termos do Art. 25, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores:

"Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:"

"II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação."

Lei nº 14.039, de 17 de agosto de 2020:

"Altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994 (Estatuto da OAB), e o Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946, para dispor sobre a natureza técnica e singular dos serviços prestados por advogados e por profissionais de contabilidade."

#### **6.0 - DA CONCLUSÃO**

A concretização da referida contratação poderia ocorrer com a aprovação de Vossa Excelência do processo em apreço, o qual está devidamente instruído com a documentação pertinente, inclusive a minuta do respectivo contrato.

Atenciosamente,

Gildene da Silva Brasileiro.  
GILDENE DA SILVA BRASILIANO  
Secretária



**ESTADO DA PARAÍBA  
CÂMARA MUNICIPAL DE ARARUNA  
SECRETARIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARARUNA**

29

**QUADRO DEMONSTRATIVO DE PREÇOS -  
MAPA DE APURAÇÃO - EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº IN00001/2023**

Participantes	Unid.	Quant.	Vi. Unit.	Vi. Total	Class.	Obs.
1 - Contratação de pessoa jurídica para prestar serviços técnicos especializados de assessoria jurídica, para fazer acompanhamento de processos dessa Casa Legislativa, junto a órgãos fiscalizadores e judiciários nas esferas estadual e federal, assessoramento ao Presidente da mesa diretora, bem como, a elaboração/emissão de pareceres. Pagamento Mensal						
MARCOS ALAN SILVA LIMA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA	Mês	12	5.000,00	60.000,00	1	

Araruna - PB, 10 de janeiro de 2023

**RESULTADO FINAL:**

*Gildene da Silva Brasiliano*  
GILDENE DA SILVA BRASILIANO

**MARCOS ALAN SILVA LIMA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA.**

Secretária

**CNPJ: 46.540.705/0001-00**

**Item(s): 1.**

**Valor: R\$ 60.000,00**





**ESTADO DA PARAÍBA  
CÂMARA MUNICIPAL DE ARARUNA  
GABINETE DO PRESIDENTE**

**Expediente:** EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS N.º IN00001/2023

SECRETARIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARARUNA

**Assunto:** Contratação de pessoa jurídica para prestar serviços técnicos especializados de assessoria jurídica, para fazer acompanhamento de processos dessa Casa Legislativa, junto a órgãos fiscalizadores e judiciários nas esferas estadual e federal, assessoramento ao Presidente da mesa diretora, bem como, a elaboração/emissão de pareceres.

**Legislação:** Art. 25, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

**Anexo:** Exposição de motivos correspondente e seus elementos, inclusive a minuta do respectivo contrato.

**DESPACHO**

APROVO a correspondente proposta nos termos do expediente supramencionado. Acolho a situação de Inexigibilidade de Licitação, na forma como se apresenta neste procedimento de contratação direta, para atender a necessidade da demanda justificadamente requerida.

Remeta-se o processo, devidamente instruído de todos os seus elementos constitutivos, à apreciação da Assessoria Jurídica, para os fins e efeitos legais.

Araruna - PB, 10 de janeiro de 2023.

  
\_\_\_\_\_  
JOSÉ RODOLFO DE LUCENA CORDEIRO  
Presidente



**ESTADO DA PARAÍBA  
CÂMARA MUNICIPAL DE ARARUNA  
ASSESSORIA JURÍDICA**

**Origem:** EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS N.º IN00001/2023  
SECRETARIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE  
ARARUNA

**Assunto:** Contratação de pessoa jurídica para prestar serviços  
técnicos especializados de assessoria jurídica, para  
fazer acompanhamento de processos dessa Casa  
Legislativa, junto a órgãos fiscalizadores e judiciários  
nas esferas estadual e federal, assessoramento ao  
Presidente da mesa diretora, bem como, a  
elaboração/emissão de pareceres.

**Interessados:** Câmara Municipal de Araruna e: MARCOS ALAN SILVA  
LIMA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA.

**Anexo:** Exposição de motivos correspondente e seus  
elementos, inclusive a minuta do respectivo contrato.

**PARECER**

Analizada a matéria, nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; e observado o teor dos documentos e informações apresentados, esta Assessoria Jurídica é de parecer favorável ao reconhecimento da situação de Inexigibilidade de Licitação, como se contém no despacho de acolhimento exarado pelo Senhor Presidente, o qual está de acordo com o Art. 25, inciso II, do referido diploma legal.

Esta Assessoria Jurídica sugere a publicação dos extratos de ratificação, de inexigibilidade de licitação e do contrato correspondente na Imprensa Oficial, para os fins previstos nos Arts. 26 e 61 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.

Araruna - PB, 10 de janeiro de 2023.

---



**ESTADO DA PARAÍBA  
CÂMARA MUNICIPAL DE ARARUNA  
GABINETE DO PRESIDENTE**

Araruna - PB, 10 de janeiro de 2023.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARARUNA, ESTADO DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**


RATIFICAR o processo de Inexigibilidade de Licitação nº IN00001/2023, que objetiva: Contratação de pessoa jurídica para prestar serviços técnicos especializados de assessoria jurídica, para fazer acompanhamento de processos dessa Casa Legislativa, junto a órgãos fiscalizadores e judiciários nas esferas estadual e federal, assessoramento ao Presidente da mesa diretora, bem como, a elaboração/emissão de pareceres; com base nos elementos constantes da Exposição de Motivos correspondente, a qual sugere a contratação de:

**- MARCOS ALAN SILVA LIMA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA.**

**CNPJ: 46.540.705/0001-00**

**Valor: R\$ 60.000,00**

Publique-se e cumpra-se.

  
\_\_\_\_\_  
JOSÉ RODOLFO DE LUCENA CORDEIRO  
Presidente



**ESTADO DA PARAÍBA  
CÂMARA MUNICIPAL DE ARARUNA  
GABINETE DO PRESIDENTE**

Araruna - PB, 10 de janeiro de 2023.


O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARARUNA, ESTADO DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

**ADJUDICAR** o objeto da licitação, modalidade Inexigibilidade nº IN00001/2023, que objetiva: Contratação de pessoa jurídica para prestar serviços técnicos especializados de assessoria jurídica, para fazer acompanhamento de processos dessa Casa Legislativa, junto a órgãos fiscalizadores e judiciários nas esferas estadual e federal, assessoramento ao Presidente da mesa diretora, bem como, a elaboração/emissão de pareceres; com base nos elementos constantes do processo correspondente, a:

**- MARCOS ALAN SILVA LIMA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA.**  
**CNPJ: 46.540.705/0001-00**  
**Valor: R\$ 60.000,00**

Publique-se e cumpra-se.

  
\_\_\_\_\_  
**JOSÉ RODOLFO DE LUCENA CORDEIRO**  
Presidente





ESTADO DA PARAÍBA  
CÂMARA MUNICIPAL DE ARARUNA  
SECRETARIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARARUNA

INEXIGIBILIDADE Nº IN00001/2023

DECLARAÇÃO - PUBLICAÇÃO

**DECLARAÇÃO**

Declaro para os devidos fins de direito, que uma cópia dos termos de Ratificação e Adjudicação bem como do respectivo extrato de Inexigibilidade de Licitação referentes ao processo acima indicado, foram devidamente afixadas no **Quadro de Divulgação** deste Órgão, nesta data, em observância as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Araruna - PB, 10 de janeiro de 2023.

Gildene da Silva Brasiliano.  
GILDENE DA SILVA BRASILIANO  
Secretária



**ESTADO DA PARAÍBA  
CÂMARA MUNICIPAL DE ARARUNA  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**INEXIGIBILIDADE Nº IN00001/2023**

**DECLARAÇÃO - PUBLICAÇÃO**

**DECLARAÇÃO**

Declaro para os devidos fins de direito, que uma cópia dos termos de Ratificação e Adjudicação bem como do respectivo extrato de Inexigibilidade de Licitação referentes ao processo acima indicado, foram devidamente afixadas no **Quadro de Divulgação** deste Órgão, nesta data, em observância as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Araruna - PB, 10 de janeiro de 2023.

  
ALAN DE SOUZA TEIXEIRA  
Presidente da Comissão

**INEXIGIBILIDADE Nº IN00001/2023**  
**CONTRATO Nº: 00002/2023-CPL**

**TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE ARARUNA E MARCOS ALAN SILVA LIMA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇO CONFORME DISCRIMINADO NESTE INSTRUMENTO NA FORMA ABAIXO:**

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado Câmara Municipal de Araruna - Rua Cel Antônio Pessoa, 97 - Centro - Araruna - PB, CNPJ nº 02.506.174/0001-56, neste ato representada pelo Presidente José Rodolfo de Lucena Cordeiro, Brasileiro, Casado, Advogado, residente e domiciliado na Rua Projetada, S/N - Casa - Lot. Morada do Sol - Araruna - PB, CPF nº 076.360.504-20, Carteira de Identidade nº 3145351 SSP/PB, doravante simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado **MARCOS ALAN SILVA LIMA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA - R MANOEL HONORATO DA COSTA, 16 - CENTRO - DAMIAO - PB, CNPJ Nº 46.540.705/0001-00, NESTE ATO REPRESENTADO POR MARCOS ALAN SILVA LIMA, BRASILEIRO, SOLTEIRO, ADVOGADO, RESIDENTE E DOMICILIADO NA RUA MANOEL HONORATO DA COSTA, 12, CASA - CENTRO - DAMIÃO - PB, CPF Nº 093.310.124-46, CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº 24701 OAB/PB, DORAVANTE SIMPLEMENTE CONTRATADO,** decidiram as partes contratantes assinar o presente contrato, o qual se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS:**

Este contrato decorre da Inexigibilidade de Licitação nº IN00001/2023, processada nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO:**

O presente contrato tem por objeto: Contratação de pessoa jurídica para prestar serviços técnicos especializados de assessoria jurídica, para fazer acompanhamento de processos dessa Casa Legislativa, junto a órgãos fiscalizadores e judiciários nas esferas estadual e federal, assessoramento ao Presidente da mesa diretora, bem como, a elaboração/emissão de pareceres.

O serviço deverá ser executado rigorosamente de acordo com as condições expressas neste instrumento, proposta apresentada, especificações técnicas correspondentes, processo de Inexigibilidade de Licitação nº IN00001/2023 e instruções do Contratante, documentos esses que ficam fazendo partes integrantes do presente contrato, independente de transcrição.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E PREÇOS:**

O valor total deste contrato, a base do preço proposto, é de **R\$ 60.000,00 (SESSENTA MIL REAIS).**

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	P.UNITÁRIO	P. TOTAL
1	Contratação de pessoa jurídica para prestar serviços técnicos especializados de assessoria jurídica, para fazer acompanhamento de processos dessa Casa Legislativa, junto a órgãos fiscalizadores e judiciários nas esferas estadual e federal, assessoramento ao Presidente da mesa diretora, bem como, a elaboração/emissão de pareceres. Pagamento Mensal	Mês	12	5.000,00	60.000,00
Total:					60.000,00

**CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO:**

Os preços contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano.

Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no IPCA-IBGE acumulado, tomando-se por base o mês de apresentação da assinatura do contrato, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

O reajuste poderá ser realizado por apostilamento.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO:**

As despesas correrão por conta da seguinte dotação, constante do orçamento vigente:

Recursos próprios da Câmara Municipal de Araruna/PB (Duodécimo)

Orçamento de 2023

01.010 – Câmara Municipal de Araruna

01 031 0002 2001 – Manutenção do Poder Legislativo

Elemento de Despesa: 33903999 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

#### **CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:**

O pagamento será efetuado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo Contratante, da seguinte maneira: Mensal

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DOS PRAZOS E DA VIGÊNCIA:**

Os prazos máximos de início de etapas de execução e de conclusão do objeto ora contratado, que admitem prorrogação nas condições e hipóteses previstas no Art. 57, § 1º, da Lei 8.666/93, estão abaixo indicados e serão considerados da assinatura do Contrato:

a - Início: Imediato;

b - Conclusão: 12 (doze) meses.

A vigência do presente contrato será determinada: até 09/01/2024, considerada da data de sua assinatura; podendo ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos, mediante acordo entre as partes e observadas as características do objeto contratado, conforme o disposto no Art. 57, incisos II e IV, da Lei 8.666/93.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:**

a - Efetuar o pagamento relativo a execução do serviço efetivamente realizado, de acordo com as respectivas cláusulas do presente contrato;

b - Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do serviço contratado;

c - Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade do serviço, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades contratuais e legais;

d - Designar representantes com atribuições de Gestor e Fiscal deste contrato, nos termos da norma vigente, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de informações pertinentes a essas atribuições.



**CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:**

- a - Executar devidamente o serviço descrito na Cláusula correspondente do presente contrato, dentro dos melhores parâmetros de qualidade estabelecidos para o ramo de atividade relacionada ao objeto contratual, com observância aos prazos estipulados;
- b - Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado;
- c - Manter preposto capacitado e idôneo, aceito pelo Contratante, quando da execução do contrato, que o represente integralmente em todos os seus atos;
- d - Permitir e facilitar a fiscalização do Contratante devendo prestar os informes e esclarecimentos solicitados;
- e - Será responsável pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
- f - Não ceder, transferir ou subcontratar, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, sem o conhecimento e a devida autorização expressa do Contratante;
- g - Manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de regularidade e qualificação exigidas no respectivo processo de contratação direta, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO E RESCISÃO:**

Este contrato poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos previstos no Art. 65 e será rescindido, de pleno direito, conforme o disposto nos Arts. 77, 78 e 79, todos da Lei 8.666/93.

O Contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até o respectivo limite fixado no Art. 65, § 1º da Lei 8.666/93. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO RECEBIMENTO:**

Executado o presente contrato e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e prazos para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições dos Arts. 73 a 76, da Lei 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES:**

A recusa injusta em deixar de cumprir as obrigações assumidas e preceitos legais, sujeitará o Contratado, garantida a prévia defesa, às seguintes penalidades previstas nos Arts. 86 e 87 da Lei 8.666/93: a – advertência; b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato por dia de atraso na entrega, no início ou na execução do objeto ora contratado; c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratado pela inexecução total ou parcial do contrato; d – suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo de até 02 (dois) anos; e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade; f – simultaneamente, qualquer das penalidades cabíveis fundamentadas na Lei 8.666/93.

Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA:**

Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao

efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula:  $EM = N \times VP \times I$ , onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado:  $I = (TX + 100) \div 365$ , sendo TX = percentual do IPCA-IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO:**

Para dirimir as questões decorrentes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Araruna.

E, por estarem de pleno acordo, foi lavrado o presente contrato em 02(duas) vias, o qual vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.


Araruna - PB, 10 de janeiro de 2023.

**TESTEMUNHAS**

CPF: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

**PELO CONTRATANTE**

  
\_\_\_\_\_  
JOSÉ RODOLFO DE LUCENA CORDEIRO  
Presidente  
CPF: 076.360.504-20

**PELO CONTRATADO**

MARCOS ALAN SILVA  
LIMA:09331012446  
Assinado de forma digital por  
MARCOS ALAN SILVA  
LIMA:09331012446

**MARCOS ALAN SILVA LIMA SOCIEDADE  
INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**  
MARCOS ALAN SILVA LIMA  
CPF: 093.310.124-46

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ARARUNA**  
**RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - INEXIGIBILIDADE Nº IN00001/2023**

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Inexigibilidade de Licitação nº IN00001/2023, que objetiva: Assessoria Jurídica; RATIFICO o correspondente procedimento e ADJUDICO o seu objeto a: MARCOS ALAN SILVA LIMA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA - R\$ 60.000,00.

Araruna - PB, 10 de janeiro de 2023  
JOSÉ RODOLFO DE LUCENA CORDEIRO – Presidente

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ARARUNA**  
**EXTRATO DE CONTRATO**

OBJETO: Assessoria Jurídica. FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade de Licitação nº IN00001/2023. DOTAÇÃO: Recursos próprios da Câmara Municipal de Araruna/PB (Duodécimo) Orçamento de 2023 01.010 – Câmara Municipal de Araruna 01 031 0002 2001 – Manutenção do Poder Legislativo Elemento de Despesa: 33903999 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica. VIGÊNCIA: até 09/01/2024. PARTES CONTRATANTES: CÂMARA MUNICIPAL DE ARARUNA e: CT Nº 00002/2023 - 10.01.23 - MARCOS ALAN SILVA LIMA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA - R\$ 60.000,00.



# DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

Orgão Oficial do Município, Lei Nº 80/90, DE 15.07.1990

**Araruna-PB, 10 de Janeiro de 2023**

## ATOS DO PODER LEGISLATIVO

PÁG 01

### ESTADO DA PARAIBA CÂMARA MUNICIPAL DE ARARUNA

#### RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - DISPENSA Nº DV00001/2023

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Dispensa de Licitação nº DV00001/2023, que objetiva Consultoria e assessoria técnica especializada destinada ao setor de licitações da Câmara Municipal de Araruna/PB, RATIFICO o correspondente procedimento e ADJUDICO o seu objeto a: UP - COMERCIO E SERVICOS LTDA - R\$ 16.800,00

Araruna - PB, 10 de janeiro de 2023

JOSÉ RODOLFO DE LUCENA CORDEIRO - Presidente

### ESTADO DA PARAIBA CÂMARA MUNICIPAL DE ARARUNA EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: Consultoria e assessoria técnica especializada destinada ao setor de licitações da Câmara Municipal de Araruna/PB. FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação nº DV00001/2023. DOTAÇÃO: Recursos próprios da Câmara Municipal de Araruna/PB (Duodécimo) Orçamento de 2023 01.010 - Câmara Municipal de Araruna 01.031.0002.2001 - Manutenção do Poder Legislativo Elemento de Despesa: 33903999 - Outros Serviços de Terceira Pessoa Jurídica. VIGÊNCIA: até 09/01/2024. PARTES CONTRATANTES: CÂMARA MUNICIPAL DE ARARUNA e CT Nº 00001/2023 - 10.01.23 - UP - COMERCIO E SERVICOS LTDA - R\$ 16.800,00

### ESTADO DA PARAIBA CÂMARA MUNICIPAL DE ARARUNA

#### RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - INEXIGIBILIDADE Nº IN00001/2023

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Inexigibilidade de Licitação nº IN00001/2023, que objetiva Assessoria Jurídica, RATIFICO o correspondente procedimento e ADJUDICO o seu objeto a: MARCOS ALAN SILVA LIMA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA - R\$ 60.000,00

Araruna - PB, 10 de janeiro de 2023

JOSÉ RODOLFO DE LUCENA CORDEIRO - Presidente

### ESTADO DA PARAIBA CÂMARA MUNICIPAL DE ARARUNA EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: Assessoria Jurídica. FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade de Licitação nº IN00001/2023. DOTAÇÃO: Recursos próprios da Câmara Municipal de Araruna/PB (Duodécimo) Orçamento de 2023 01.010 - Câmara Municipal de Araruna 01.031.0002.2001 - Manutenção do Poder Legislativo Elemento de Despesa: 33903999 - Outros Serviços de Terceira Pessoa Jurídica. VIGÊNCIA: até 09/01/2024. PARTES CONTRATANTES: CÂMARA MUNICIPAL DE ARARUNA e CT Nº 00002/2023 - 10.01.23 - MARCOS ALAN SILVA LIMA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA - R\$ 60.000,00

### ESTADO DA PARAIBA CÂMARA MUNICIPAL DE ARARUNA

#### RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - INEXIGIBILIDADE Nº IN00002/2023

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Inexigibilidade de Licitação nº IN00002/2023, que objetiva Serviços contábeis, RATIFICO o correspondente procedimento e ADJUDICO o seu objeto a: CONTAKI - CONTABILIDADE, CONSULTORIA, ASSESSORIA E SERVIÇOS LTDA - R\$ 65.000,00

Araruna - PB, 10 de janeiro de 2023

JOSÉ RODOLFO DE LUCENA CORDEIRO - Presidente

### ESTADO DA PARAIBA CÂMARA MUNICIPAL DE ARARUNA EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: Serviços contábeis. FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade de Licitação nº IN00002/2023. DOTAÇÃO: Recursos próprios da Câmara Municipal de Araruna/PB (Duodécimo) Orçamento de 2023 01.010 - Câmara Municipal de Araruna 01.031.0002.2001 - Manutenção do Poder Legislativo Elemento de Despesa: 33903999 - Outros Serviços de Terceira Pessoa Jurídica. VIGÊNCIA: até 09/01/2024. PARTES CONTRATANTES: Câmara Municipal de Araruna e CT Nº 00003/2023 - 10.01.23 - CONTAKI - CONTABILIDADE, CONSULTORIA, ASSESSORIA E SERVIÇOS LTDA - R\$ 65.000,00





# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 46.540.705/0001-00 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 25/05/2022
---	---	--------------------------------

NOME EMPRESARIAL MARCOS ALAN SILVA LIMA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA
--

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****	PORTE ME
---	-------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 69.11-7-01 - Serviços advocatícios
---

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada
---

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 232-1 - Sociedade Unipessoal de Advocacia
--

LOGRADOURO R MANOEL HONORATO DA COSTA	NÚMERO 16	COMPLEMENTO *****
--	--------------	----------------------

CEP 58.173-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO DAMIÃO	UF PB
-------------------	---------------------------	---------------------	----------

ENDEREÇO ELETRÔNICO MARCOSALANSL@gmail.com	TELEFONE (83) 9400-7170
---	----------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 25/05/2022
-----------------------------	--

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL
------------------------------

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 01/06/2022 às 10:36:13 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE DAMIÃO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS



43

## ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Número :001/2022

**Razão Social:** MARCOS ALAN SILVA LIMA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA

**Nome Fantasia:**

**CNPJ:** 46.540.705/0001-00

**Inscrição Municipal:** 00416/2022

**Atividade Principal:** 6911-7/01 - Serviços advocatícios (Exerce no endereço)

**Atividade(s) Secundárias:**

**Município:** Damião **Endereço:** RUA MANOEL HONORATO DA COSTA, 16, CENTRO

**CEP:** 58173000

**Local e data:** Município de Damião, quarta, 01 de junho de 2022

**Vencimento:** quinta, 01 de junho de 2023

**SILVANO DE AZEVEDO SANTOS**

Secretaria Municipal de Finanças

**Observação**

**Código de Autenticidade:** 22SVNAHAW

**EMITIDO PELO FUNCIONÁRIO PEDRO ADENILSON SILVA DE LIMA**

Esse documento deverá permanecer exposto em local visível no estabelecimento empresarial

**ATO CONSTITUTIVO DE SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**  
**MARCOS ALAN SILVA LIMA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**

Pelo presente instrumento,

- **MARCOS ALAN SILVA LIMA**, BRASILEIRO, SOLTEIRO, ADVOGADO, inscrito na OAB/PB sob n. 24701, inscrito(a) no CPF/MF sob n. 093.310.124-46, residente e domiciliado(a) na RUA MANOEL HONORATO DA COSTA, nº 12, CENTRO, cidade de Damião, Estado da Paraíba, CEP: 58173-000;

Resolve, por este instrumento e na melhor forma de direito, constituir uma Sociedade Unipessoal de Advogado, doravante designada como "Sociedade", a ser regida pela Lei nº 8.906/94, pelo Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB, por Provimento do Conselho Federal da OAB e pelas cláusulas e condições a seguir.

**CLÁUSULA I - DENOMINAÇÃO E SEDE**

A Sociedade ora constituída adotará a razão social de **MARCOS ALAN SILVA LIMA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA** e terá sede na cidade de Damião no Estado da Paraíba na RUA MANOEL HONORATO DA COSTA, nº 16, CENTRO, CEP: 58173000.

**CLÁUSULA II - OBJETO**

A Sociedade terá por objeto a prestação de serviços advocatícios, sendo vedada a consecução de qualquer outra atividade.

**Parágrafo único:** A responsabilidade técnica pelo exercício da atividade profissional compete individualmente ao titular.

**CLÁUSULA III - PRAZO**

O prazo de duração é indeterminado, com início das atividades a partir do registro na OAB/PB.

**CLÁUSULA IV - CAPITAL SOCIAL**

O capital subscrito e integralizado neste ato, em moeda corrente do país, é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais)

Nome do Titular	Valor Em R\$	%
MARCOS ALAN SILVA LIMA	10.000,00	100,00
TOTAL:	10.000,00	100,00

**CLÁUSULA V - RESPONSABILIDADE DO TITULAR**

Além da Sociedade, o titular responde subsidiária e ilimitadamente pelos danos causados aos clientes, por ação ou omissão no exercício da advocacia, depois de esgotados os bens sociais, sem prejuízo da responsabilidade disciplinar em que possa incorrer.

**CLÁUSULA VI - ADMINISTRAÇÃO E REMUNERAÇÃO**

A administração da Sociedade será exercida pelo titular, a quem competirá a sua representação e o uso da sua denominação social.

**Parágrafo primeiro:** É vedado ao titular administrador o uso da razão social em negócios alheios do objeto social.

**Parágrafo segundo:** A prática de atos não inerentes ao objeto social por parte do administrador, implicará na sua responsabilização pessoal, nos termos da lei civil.

**Parágrafo terceiro:** Pelos serviços prestados à Sociedade, o administrador terá direito à remuneração, a título de "pró-labore", que será fixada anualmente de acordo com as disponibilidades financeiras.

**CLÁUSULA VII - RESULTADOS PATRIMONIAIS**

O exercício social se encerrará em 31 de dezembro de cada ano civil, com a apresentação do balanço patrimonial e

## ATO CONSTITUTIVO DE SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA

### MARCOS ALAN SILVA LIMA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA

resultado econômico do ano fiscal, cabendo ao titular os lucros ou perdas apurados.

**Parágrafo único:** Poderão ser levantados balanços intermediários mensais, trimestrais ou por outros períodos, para fins contábeis, para eventual distribuição de lucros ou apuração de prejuízos e/ou para outros objetivos de interesse da Sociedade.

#### CLÁUSULA VIII - DA DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO DA SOCIEDADE

A Sociedade poderá ser dissolvida por iniciativa de seu titular, que, nessa hipótese, realizará diretamente a liquidação ou indicará um liquidante, ditando-lhe a forma de liquidação. Solvidas as dívidas e extintas as obrigações da Sociedade, o patrimônio remanescente será integralmente incorporado ao patrimônio do titular.

#### CLÁUSULA IX - DA EXTINÇÃO DA SOCIEDADE

A Sociedade será extinta em consequência do falecimento do seu titular e o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial existente à data da resolução, verificado em balanço especialmente levantado.

#### CLÁUSULA X - DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o foro da Comarca de Damião, Estado da Paraíba, para dirimir quaisquer questões relacionadas a este instrumento.

#### CLÁUSULA XI - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Os casos omissos neste instrumento serão resolvidos de conformidade com as disposições legais aplicáveis à espécie.

#### CLÁUSULA XII - DA DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

O titular declara que não está incurso em nenhum tipo legal que o impeça de exercer atividades na área jurídica, bem como declara a inexistência de impedimento ou incompatibilidade para o exercício da advocacia, na forma dos artigos 27 a 30 da Lei 8.906/1994

Assina o presente instrumento em única via, comprometendo-se, por si e por seus herdeiros e sucessores, a cumpri-lo em todos os seus termos.

Damião - PB, 10 de maio de 2022

\_\_\_\_\_  
MARCOS ALAN SILVA LIMA  
Titular/Administrador



MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital

Secretaria de Governo Digital

Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração

46  
Página 3 de 5

## ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa MARCOS ALAN SILVA LIMA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
09331012446	MARCOS ALAN SILVA LIMA



CERTIFICO O REGISTRO EM 25/05/2022 15:27 SOB N° 20220002970.  
PROTOCOLO: EM 11/05/2022.  
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12206696449. NÚMERO DE REGISTRO:  
OABPB2200096.

MARCOS ALAN SILVA LIMA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA

RODRIGO NÚBREGA FARIAS  
SECRETÁRIO-GERAL  
JOÃO PESSOA, 25/05/2022  
[www.redesim.pb.gov.br](http://www.redesim.pb.gov.br)

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.



47  
~~43~~

TEM SE PUBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 14400335

USO OBRIGATORIO  
IDENTIDADE CIVIL PARA TUDO OS / INS LEGAIS  
(Art. 11 da Lei nº 5.007/12)



REGISTRADA DO PORTUGAL



REGISTRO

XXXXXXXXXX

**ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL**  
CONSELHO SECCIONAL DA PARAIBA  
IDENTIDADE DE ADVOGADO

**NOME**  
MARCOS ALAN SILVA LIMA

**PROCURADOR**  
MANOEL HUBERTO DE LIMA  
JOSEFA SILVA LIMA

**NATURALIDADE**  
ESPERANÇA-PB

**RG**  
3.672.067 - 5805/PB

**DATA DE NASCIMENTO**  
07/09/1983

**CPF**  
093.310.124-48

**DATA DE EXERCÍCIO**  
01/21/10/2017

**DOADOR DE ÓRGÃO E TISSUE**  
NÃO

**PARA O ATRIBUÍDO DA SILVA**

*[Handwritten signatures]*

---

**MARCOS ALAN SILVA LIMA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**  
**CNPJ nº 46.540.705/0001-00**

Curriculo Profissional Responsável: Marcos Alan Silva Lima

**Objetivo:** Contratação para Prestação de serviços de assessoria e consultoria jurídica para atender as necessidades da Câmara Municipal de Araruna - PB.

---

**FORMAÇÃO ACADÊMICA**

- **Advogado**, inscrito na OAB/PB sob o nº 24.701
- **Bacharel em direito**, pela Faculdade de ciências sociais Aplicadas - FACISA
- **Pós-graduando em Direito Penal, Processo Penal e Segurança Pública**, pela Faculdade integrada de Patos - FIP
- **Curso de extensão, LEGISLAÇÃO PREVIDENCIÁRIA E ASSISTENCIAL**, promovido pelo Curso de Direito da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas - FACISA
- **Curso de extensão, EXTINÇÃO DO CONTRATO DE EMPREGO E INFRAÇÕES DO EMPREGADOR**, promovido pelo Curso de Direito da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas - FACISA.

---

**EXPERIÊNCIA**

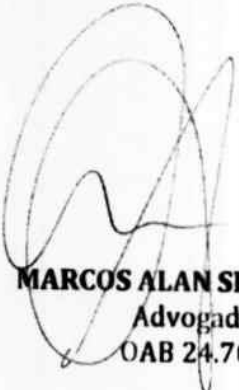
- Ex-Assessor jurídico da Câmara Municipal de Araruna - PB;
- Ex-Assessor **jurídico da câmara Municipal** de Damião - PB.
- Ex-Chefe de gabinete da prefeitura de Damião - PB.
- Participação no Estágio Visita de curta duração da **CÂMARA FEDERAL**, com foco na **produção legislativa**.
- **Conciliador do Juizado** especial civil e criminal, do TJPB, de 2016 a 2017.
- Advogado com Atuação na área **Jurídica** do direito administrativo, junto aos órgãos judiciais e o perante o tribunal de contas, realização de audiências Trabalhistas, Penais e Cíveis, avaliação de provas documentais e orais elaboração de recursos e contestação de ações, com vivência no tribunal e extrajudicialmente.

---

**SÍNTESE DAS ATUAÇÕES**

- Atuação na área **Jurídica** na avaliação de provas documentais e orais, atuação na área do direito administrativo, realização de audiências Trabalhistas, Penais e Cíveis, elaboração de recursos e contestação de ações, com vivência no tribunal e extrajudicialmente.
- Responsável pela consulta jurídica e assessoramento da presidência da casa legislativa e da mesa diretora.
- Responsável por promover a defesa do órgão em todas as ações, reunir os documentos correspondentes, instruir testemunhas e prepostos e elaborar as ações a favor.
- Apresentação de pareceres, acompanhamento de processos e elaboração de notificações judiciais e extrajudiciais, realizando acordos amigáveis ou promovendo ações judiciais.
- Experiência no zelo pelos objetivos do cliente e na manutenção e integridade dos seus bens, facilitando negócios, preservando interesses, conforme princípios éticos.
- Desenvolvimento de teses e redação de documentos para defesa do cliente, viabilizando o encerramento dos processos.
- Disponibilidade para representar a casa legislativa em outras cidades, para a defesa dos interesses da Câmara Municipal.

Araruna - PB, 05 de janeiro de 2023.



**MARCOS ALAN SILVA LIMA**  
Advogado  
OAB 24.701

# Certificado



## CONGRESSO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

12 e 13 de novembro



*Facisa*  
*Barbosa*  
*Barbosa*

Certificamos que

**MARCOS ALAN SILVA LIMA**

Participou do CONGRESSO: NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL,  
promovido pelo Curso de Direito da Faculdade de Ciências Sociais  
Aplicadas – FACISA, realizado no Teatro FACISA, nos dias 12 e 13 de  
novembro de 2015, perfazendo um total de 15 horas.

Campina Grande - PB, 13 de novembro de 2015.

*R.2.2*  
Juliano Raimundo Cavalcante  
Coordenador do Curso de Direito

*Gisele*  
Gisele Bianca Mary Gadelha  
Diretora-Presidente CESED

*Eduardo*  
Eduardo Alexandre Eulálio Raposo  
Coordenador de Marketing e Eventos CESED

# CERTIFICADO

I CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO

CONSTITUCIONAL ELEITORAL

22 e 23 de outubro 2015

Certificamos que

MARCOS ALAN SILVA LIMA

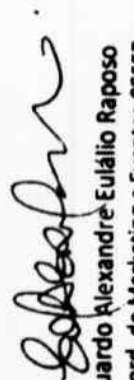
participou do I CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO CONSTITUCIONAL ELEITORAL, promovido pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas – FACISA e Escola Judiciária Eleitoral – EJE/PB, realizado no Teatro FACISA, nos dias 22 e 23 de outubro de 2015, perfazendo um total de 15 horas.

Campina Grande - PB, 23 de outubro de 2015.

  
Gisele Bianca Nery Gadelha  
Diretora-Presidente CESED

  
Juliano Raimundo Cavalcante  
Coord. do Curso de Direito

  
Breno Wanderley César Segundo  
Diretor da Escola Judiciária Eleitoral/PB

  
Eduardo Alexandre Eulálio Raposo  
Coord. de Marketing e Eventos CESED





FACISA



FCM






# CERTIFICADO

Certificamos que

**MARCOS ALAN SILVA LIMA**

participou do I FÓRUM DE DIREITO PENAL DA FACISA, promovido pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas – FACISA, realizado no Teatro FACISA, nos dias 09 e 10 de abril de 2015, perfazendo um total de 10 horas

Campina Grande - PB, 10 de abril de 2015.

Gisele Branca-Mery Gadelha  
Diretora-Presidente CESED

Juliano Raimundo Cavalcante  
Coordenador do Curso de Direito

Edúardo Alexandre Eulálio Raposo  
Coordenador de Marketing e Eventos CESED

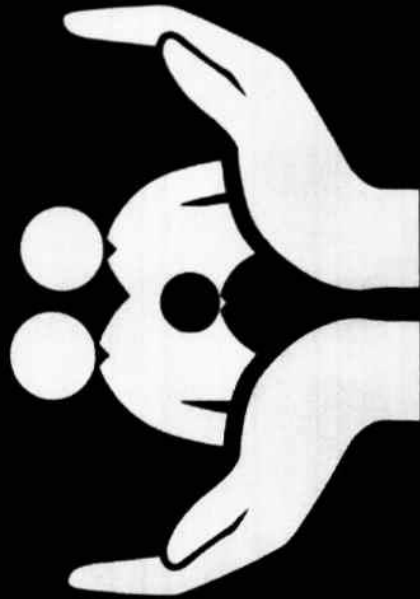
CONGRESSO



DIREITO E CIDADANIA

ESTUDOS EM HOMENAGEM AO JURISTA

♦ PAULO GADIELHA ♦



*FACISA*

## CERTIFICADO

Certificamos que

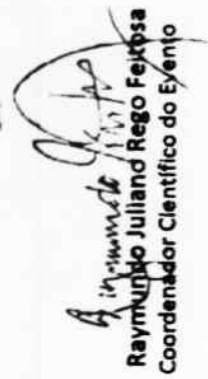
**MARCOS ALAN SILVA LIMA**

participou do Congresso Direito e Cidadania - Estudos em Homenagem ao Jurista Paulo Gadelha, promovido pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas - FACISA, realizado no Teatro FACISA, nos dias 29, 30 e 31 de outubro de 2014, perfazendo um total de 30 horas.

Campina Grande - PB, 31 de outubro de 2014.



Gisele Bianca Mary Gadelha  
Diretora-Presidente CESED



Raymundo Juliano Rego Felpa  
Coordenador Científico do Evento



Eduardo Alexandre Eulálio Raposo  
Coordenador de Marketing e Eventos CESED

## DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins, que

**MARCOS ALAN SILVA LIMA**

participou do ESTÁGIO-VISITA DE CURTA DURAÇÃO, promovido pelo Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento dos Servidores da Câmara dos Deputados - CEFOR, no período de 12 a 16 de dezembro de 2016, com duração de 40h.

Brasília - DF, 16 de dezembro de 2016.



Paulo Antônio Lima Costa  
Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento - CEFOR  
Diretor



Centro de  
Formação, Treinamento  
e Aperfeiçoamento



*Frustr*

Centro de Estudos Superiores  
e Desenvolvimento  
**CESED**

**FCM**  
Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas



# CERTIFICADO

Certificamos que

**MARCOS ALAN SILVA LIMA**

participou do Curso – **LEGISLAÇÃO PREVIDENCIÁRIA E ASSISTENCIAL**, ministrado pela Prof. Antonio Marcos Almeida, promovido pelo Curso de Direito da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas – **FACISA**, nos dias 03 e 17 de outubro de 2015. Carga Horária – 20 horas

Campina Grande - PB, 20 de outubro de 2015

*Maria Zélia P. Fernandes*  
**Maria Zélia Pereira Fernandes**  
Coordenadora de Extensão

*Juliano Raimundo Cavalcante*  
**Juliano Raimundo Cavalcante**  
Coordenador do Curso de Direito - **FACISA**

FACISA

Centro de Estudos Superiores  
e Especializados  
**CESSED**

FCM  
Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais



# CERTIFICADO

Certificamos que

**MARCOS ALAN SILVA LIMA**

participou do Curso - Extinção do Contrato de Emprego e Infrações do Empregado, ministrado pelo Prof. Juiz do Trabalho Dr. Paulo Nunes de Oliveira, promovido pelo Curso de Direito da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas - FACISA, no dia 19 de setembro de 2015. Carga Horária - 10 horas

Campina Grande - PB, 23 de setembro de 2015

*[Handwritten signatures]*

*Maria Zélia P. Fernandes*  
Maria Zélia Pereira Fernandes  
Coordenadora de Extensão

*[Handwritten signature]*  
Juliano Raimundo Cavalcante  
Coordenador do Curso de Direito - FACISA





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA  
ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: MARCOS ALAN SILVA LIMA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**  
**CNPJ: 46.540.705/0001-00**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 11:02:13 do dia 26/12/2022 <hora e data de Brasília>.

Válida até 24/06/2023.

Código de controle da certidão: **0E6D.8599.9195.6678**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

57



**GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFAZ**

58

# CERTIDÃO

CÓDIGO: **8837.F6B4.34DD.D02C**

Emitida no dia 21/12/2022 às 10:27:10

Identificação do requerente:

CNPJ/CPF: **46.540.705/0001-00**

R.G. :

Certifico, observadas as disposições da legislação vigente e de acordo com os assentamentos existentes neste órgão, que o requerente supra identificado está em situação **REGULAR** perante a Fazenda Pública Estadual, com relação a débitos fiscais administrativos e inscritos em Dívida Ativa. A referida identificação não pertence a contribuinte com inscrição ativa no Cadastro de Contribuintes do Estado da Paraíba.

A presente Certidão não compreende débitos cuja exigibilidade esteja suspensa, nem exclui o direito de a Fazenda Pública Estadual, a qualquer tempo, cobrar valores a ela porventura devidos pelo referido requerente.

Esta certidão é válida **por 60 (sessenta) dias a partir da data de sua emissão**, devendo ser confirmada a sua autenticidade através do serviço *Validar Certidão de Débito* na página [www.sefaz.pb.gov.br](http://www.sefaz.pb.gov.br).

**OBS: Inválida para licitação no que se refere ao fornecimento de mercadorias ou prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal ou comunicação não compreendidos na competência tributária dos municípios se o requerente supracitado estiver localizado no estado da Paraíba, ressalvada quando a licitação se referir à prestação de serviço de transporte entre municípios com características urbanas no âmbito das regiões metropolitanas no estado da Paraíba, reconhecida por Lei específica.**

Válida com a apresentação conjunta do cartão de inscrição no CPF ou no CNPJ da  
Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.  
Certidão de Débito emitida via 'Internet'.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE DAMIAO

01612636000157  
RUA JUVINIANO GOMES DE LIMA  
FONE: (36) 3510-13  
SECRETARIA DE FINANÇAS

### CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAIS

NÚMERO DA CERTIDÃO	DATA DE EMISSÃO	VALIDADE	INSCRIÇÃO MUNICIPAL
001398	28/12/2022	60 DIAS	00416/2022

#### DADOS DO REQUERENTE

CPF/CNPJ	Nome/Razão Social
46.540.705/0001-00	MARCOS ALAN SILVA LIMA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA
Endereço:	Numero:
R MANOEL HONORATO DA COSTA	16
Complemento:	Bairro:
.....	CENTRO

#### DADOS DA CERTIDÃO

Certifico, para os devidos fins, que de conformidade com as informações prestadas pelos órgãos competentes desta Prefeitura, **NÃO CONSTA DÉBITOS** referente a Tributos Municipais, inscritos ou não em Dívida Ativa, até a presente data, para o requerente acima.

#### FINALIDADE

FINS DIVERSOS

#### OBSERVAÇÃO

Ficam, todavia, ressalvados os direitos da Fazenda Municipal de cobrar quaisquer débitos que venham a ser posteriormente apurados. Do que constar, passamos a presente certidão, para fins de PROVAS JUNTO A TODOS E QUAISQUER ÓRGÃOS.

ESTA CERTIDÃO REFERE-SE EXCLUSIVAMENTE A SITUAÇÃO DO CONTRIBUINTE NO AMBITO DESTA

DAMIÃO 28 de dezembro de 2022

  
JOSÉ ALUISIO SILVA DE LIMA MAT.:3438  
DIRETOR DE DEPARTAMENTO

NOTA IMPORTANTE: QUALQUER RASURA TORNARÁ O PRESENTE DOCUMENTO NULO

Emitido por: ALUISIO




PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: MARCOS ALAN SILVA LIMA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA  
(MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 46.540.705/0001-00

Certidão n°: 46109292/2022

Expedição: 21/12/2022, às 09:47:43

Validade: 19/06/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **MARCOS ALAN SILVA LIMA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o n° 46.540.705/0001-00, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

6L

Voltar

Imprimir



**Certificado de Regularidade  
do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 46.540.705/0001-00

**Razão Social:** MARCOS ALAN SILVA LIMA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA

**Endereço:** RUA MANOEL HONORATO DA COSTA 16 / CENTRO / DAMIAO / PB / 58173-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 25/12/2022 a 23/01/2023

**Certificação Número:** 2022122500572541434854

Informação obtida em 05/01/2023 14:18:35

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**





**ESTADO DA PARAÍBA  
CÂMARA MUNICIPAL DE ARARUNA  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**PROCESSO LICITATÓRIO - INEXIGIBILIDADE**

**INEXIGIBILIDADE Nº IN00001/2023**

**ÓRGÃO REALIZADOR DO CERTAME:**  
Câmara Municipal de Araruna

**OBJETO:**  
Assessoria Jurídica.

**TERMO DE ENCERRAMENTO - VOLUME 01**

Neste ato encerra-se o **1º volume** dos autos do processo licitatório, tendo como assunto a Inexigibilidade nº IN00001/2023 em epígrafe; iniciando no número 01 e as folhas seguintes numeradas sequencialmente, findando no nº 62, esta folha.

  
\_\_\_\_\_  
**Ubiratan Balista da Silva**  
**Assessor Técnico Especializado**